

que usamos no dia a dia. É assim que habitualmente falamos e escrevemos. Todavia, cada vez que utilizamos um marcador de gênero inclusivo, mesmo que apenas em um parágrafo, produzimos um efeito de interpelação.

De que modo a linguagem inclusiva interpela? Alain Badiou (2008) diferencia o *in-existente* do *nada*. O inexistente não é o nada, mas uma forma singular de existência em grau mínimo, quase como potência, como pura virtualidade. No livro *Dysphoria mundi* (2022), Preciado diz que as batalhas políticas são lutas pela existência de distintos in-existentes.

Nesse sentido, a política é uma atividade de ontologia-ficção: a arte de inventar a existência do in-existente, ou de fazer com que um in-existente que passava por natural deixe de existir. Essa luta pela existência dos in-existentes continua hoje não só nos projetos de desnaturalização da raça e da diferença sexual, mas também na definição das modalidades de (in)existência de novos simbioses históricos. (p. 214)

Inventar a existência do in-existente como política não é uma política da identidade. Abrir espaço na língua, interpelar a partir da língua como fenômeno retórico, não se confunde com um pensamento da identidade com categorias totalizantes. Sabemos que, na identificação com o “eu sou isto”, a tentativa é de capturar uma singularidade na gramática. Nós, psicanalistas, abrimos espaço para o devir identitário de cada sujeito singular. Somos confrontados com uma tensão paradoxal entre o reconhecimento “cortês” de como cada um se vê e a aposta no desdobramento de suas possibilidades enunciativas, unindo o “eu sou isto” à implicação, ao desejo e à alteridade.

Referências

Badiou, A. (2008). *Pequeño panteón portátil*. Brumaria.
Barthes, R. (2007). Lección inaugural. Em R. Barthes, *El placer del texto y Lección inaugural*. Siglo XXI.
Cortázar, J. (1962). *Historia de cronopios y de famas*. Minotauro.
Feria de Editores. (2019, 22 de agosto). *La lengua en disputa: Beatriz Sarlo y Santiago Kalinowski: modera Cecilia Fanti* [vídeo]. YouTube. <https://bit.ly/3WtAVyf>
Frigerio, G. (2008). *La división de las infancias*. Del Estante.
Galperín, K. (2022). Diálogo con Karina Galperín. *Moción*, 38.
Preciado, P. B. (2022). *Dysphoria mundi*. Anagrama.

Tradução do espanhol: Ricardo Duarte

Calibán -
RLP, 21(1),
179-189
2023

Entrevista com Emília Bouzada* e Mylene Cristina Santiago**

O mal-estar diante do preconceito linguístico***

Cecília Moia: Como veem a questão da linguagem inclusiva no Brasil?

Emília Bouzada: Penso que a questão da linguagem inclusiva passa pela questão do gênero e da identidade. Posso unir um pouco a minha prática com a temática da juventude, que trabalha com questões de gênero e sexualidade. E, para os jovens, isso é uma coisa muito fácil. Acho que para nós, como profissionais na atualidade, temos que fazer uma outra escuta, uma “escuta diferenciada”, até mesmo uma escuta decolonial, uma escuta do que podemos ouvir deles, dos jovens.

É um mundo completamente mais complexo; complexo no sentido de que para eles não é um problema. Talvez seja um problema para nós. Mylene e eu intitulamos o encontro “Linguagem inclusiva: O desconforto diante dos preconceitos linguísticos”. Acho que esse é exatamente o preconceito linguístico, o desconforto que causa nos jovens de hoje, como acontece com a sexualidade binária: é masculino ou feminino? E há uma adolescente no vídeo que diz: “Por que eu preciso definir meu gênero?”. O trabalho que faço com adolescentes em uma escola pública foi o meu trabalho de dissertação. Porque foi exatamente isso que eu pedi para eles; colocarem em uma produção que eles fizeram, o nome e o sexo. E uma das pessoas/jovens me perguntou: “Eu tenho que dizer se eu sou um homem ou uma mulher?”. Isso foi muito importante para mim como pesquisadora. E foi algo muito significativo. Acho que é isso o que causa desconforto entre os jovens de hoje, e tive que desconstruir minha escuta como psicopedagoga e como educadora. Acho que é também isso que acontece na psicanálise. Participo de alguns grupos psicanalíticos, do estudo à psicanálise, e temos observado isso. Uma psicanálise decolonial, uma educação decolonial.

C. M.: Então, você destacaria a ideia de uma desconstrução, também do discurso da psicanálise?

E. B.: Sim, sim, uma desconstrução que eu acho que é uma desconstrução para uma transformação. De acolhimento a esses assuntos.

C. M.: E isso não aconteceria, em princípio, apenas por causa da linguagem inclusiva.

* Pesquisadora da Universidade Federal Fluminense.
** Professora do Departamento de Educação e Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense.
*** Entrevista realizada por Cecilia Moia e José Galeano.

Mylene Cristina Santiago: Percebo que no Brasil existem dois conceitos. Acho que no Brasil, tanto em português quanto em espanhol, usamos flexão de gênero. Assim, e normalmente, quando há apenas um homem em uma sala essencialmente feminina, nós tendemos a falar no masculino. Há dois conceitos que podemos abordar, que são: a linguagem inclusiva e a linguagem neutra. Assim, a linguagem inclusiva é aquela que tem um caráter não machista, que envolve todas as pessoas, sem especificar gênero e também sem alterar a ortografia das palavras. Então, por exemplo, em vez de falar de homens e mulheres, vou me referir às pessoas. E então eu vou englobar diferentes grupos. Mas a linguagem neutra é aquela que tentamos não tornar binária. Então, quando eu disser “todo”, vou colocar “todos” ou, em vez do óbvio, vou colocar um *x* ou uma arroba @ (por exemplo, em vez de dizer “todos e todas”, se diz “todes” ou “tod@s” ou “todxs”).

Portanto, existem alguns problemas em relação a essa língua, principalmente o preconceito de falar português. E assim não podemos prejudicar a gramática. Mas veremos que no Brasil, nos últimos anos, há uma corrente de patrulhamento ideológico que está muito bem colocada no que concerne às relações de gênero, chamadas de “ideologia de gênero”. É um grupo muito conservador, que luta contra orientações sexuais diferentes. Então, percebemos que, ao mesmo tempo, eu – pesquisando para essa entrevista – me deparei com um material produzido pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2014). Trata-se de uma proposta governamental que fez uma gramática, um manual de linguagem inclusiva. Vemos também que há algumas situações em que o plenário público é usado para proibir uma linguagem neutra ou inclusiva. Assim, podemos ver que esta é uma área de relações de poder. Por outro lado, isso também não é novidade aqui no Brasil, pois se olharmos para a fonte histórica, Paulo Freire, há algum tempo, teve um episódio muito significativo em sua história, que foi quando um grupo de feministas americanas o questionou e disse que ele era machista. E em vez de ficar com raiva, ele começou a se perguntar: “O que está acontecendo?”, “de que maneira meu comportamento faz supor que eu seja sexista?”; e uma delas respondeu: “É que você só fala sobre homens, só fala sobre professores”. E uma dessas mulheres era ninguém menos que Bell Hooks (Pontes-Saraiva e Borges do Nascimento, 2012), que tem vários livros sobre questões de interseccionalidade entre raça, classe e gênero. Voltando a Freire, poderíamos dizer que ele recebeu esse questionamento com tanto amor, que essa crítica mudou seus trabalhos futuros, para depois passar a falar de homens e mulheres, professores e professoras.

C. M.: O interessante é que nesse ato ele se deixa questionar e assume uma posição. Porque um sujeito pode ser politicamente correto e falar em linguagem inclusiva e não ter uma posição inclusiva. Essa é a implementação e a aposta que temos que fazer diante disso.

E. B.: Acho que Freire acabou apostando em uma desconstrução. Nos anos sessenta, na época da ditadura militar no Brasil, ele era tão revolucionário quanto Freud. Porque, dentro da teoria freireana, ele sempre tenta ouvir o sujeito, dar a palavra a esse sujeito; não só ouvi-lo, mas escutá-lo.

Faço parte de um grupo de pesquisa em educação e psicanálise. É justamente nesses espaços de escuta desses sujeitos em que se desconstrói algo que ali está enraizado como

algo já determinado. E é uma disputa narrativa que se dá no social. Aqui menciono Gayatri Spivak (2010); ela falará sobre a subalternização (da palavra) dos sujeitos. Ela fala que o sujeito é subjugado em seu discurso, do que Paulo Freire está falando. Abre espaço para que o outro, por meio da consciência, contribua com suas questões de transformação social. E penso que essa possibilidade de ter um dia uma linguagem inclusiva está justamente ali, na desconstrução das próprias obras dos autores, para além delas, levando em conta o momento histórico do que foi construído.

José Galeano: Você pode expandir o tema da escuta decolonial?

E. B.: Catherine Walsh (2009) fala muito sobre isso, do valor de as pessoas poderem olhar para a sua própria história. No Brasil, temos uma história de colonização, e hoje o que vemos é uma colonização moderna e diferenciada, mas há o processo de colonização. Não é dar a palavra ao sujeito, é abrir caminho para que esse sujeito do social possa ser sujeito de sua própria autonomia, que é do que Paulo Freire está falando. Quando Freud abre a escuta dos sujeitos, é aí que faço uma correlação com o sujeito oprimido de Paulo Freire. É precisamente por isso que esse sujeito, a partir do lugar de seu mal-estar na cultura, pode se situar como pessoa.

M. C. S.: Eu acrescentaria que, além da escuta decolonial, temos que trabalhar com a questão do diálogo, porque, na verdade, agora vamos falar sobre o lugar da palavra. Vamos falar sobre escutar. E é precisamente o diálogo que Paulo Freire propõe. Ele reconhece o olhar masculino que tinha para o mundo. Trata-se de uma construção histórica, colonial e patriarcal. E o faz através de uma crítica. Muitas pessoas criam resistência, ficam indignadas. Ele se nutriu, aceitou essas críticas e revisou suas práticas, e por isso é importante lembrar que, no contexto do Brasil, a linguagem inclusiva não é apenas para as relações de gênero. Vivemos um período muito longo de escravidão. Então nós até nomeamos certas questões que se centram nessa questão colonial. Por exemplo, quando temos um objeto em casa que é chamado de “criado mudo”, ou quando nos referimos a uma mulher como eu, parda, como “mulata”, que é uma palavra que tem origem no animal mula. Então, o que temos que começar a entender é o que está por trás do discurso.

E escutar é exatamente isso. Quando alguém vem nos dizer que isso o ofende, nós não dizemos que ele está fazendo “mimimi”¹. De fato, historicamente existiu uma construção muito comum, aqui no Brasil, que dizia “pega no laço”² como se isso fosse algo bonito. Que pessoa queria “ser laçada”? Ela se casou (assumiu matrimônio) porque concordou? Então, na verdade, isso se traduz em uma cultura de estupro. De modo que temos que, de fato, desconstruir as matrizes coloniais que naturalizam o discurso das pessoas e, às

1. “Mimimi” é uma expressão usada na comunicação informal para descrever ou imitar uma pessoa que reclama. O “mimimi” tem uma conotação pejorativa, sendo muitas vezes utilizado para satirizar alguém que passa a vida reclamando. <https://www.significados.com.br/mimimi/>

2. Curta e direta, a expressão “pegar no laço” retrata profundamente e marca a história das mulheres indígenas. Seja na ficção ou na realidade, tamanha violência ecoa de geração em geração entre os povos indígenas. Ver mais em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/04/19/pega-no-laco-por-que-essa-expressao-ofende-mulheres-indigenas.htm>

vezes, criam denominações que precisam ser repensadas para que possamos, sim, assumir não apenas um discurso politicamente correto, como apontou Cecília, mas que inspire atitudes. Porque aí eu até citaria um autor que usei no meu doutorado, que é Norman Fairclough (2008), que trabalha com análise crítica do discurso, e esse autor considera que a nossa linguagem reconfigura a nossa visão, as nossas atitudes, as nossas práticas culturais. É, portanto, através da linguagem que as pessoas vão reformular suas atitudes e comportamentos. Desse modo, se uma pessoa tem uma linguagem que segue sendo violenta é porque ela ainda não foi descolonizada. E a descolonização é também resultado do sentimento, das emoções.

C. M.: Então, Mylene... Você acha que a descolonização é um ato social, político, cultural, que vai ter seu efeito e sua ressonância na linguagem? Ou você acha que é o contrário? Você acha que essas mudanças políticas, sociais e culturais afetarão a linguagem ou a linguagem permitirá que isso aconteça? Como você dialetizaria?

M. C. S.: Aqui temos uma expressão, um ditado popular que diz: “Quem nasceu primeiro: o ovo ou a galinha?”. Acho que as coisas acontecem simultaneamente. Assim, por exemplo, quando um grupo LGBTQIA+ diz não querer que utilizem o termo “homossexualismo” porque o sufixo “ismo” alude a uma patologia, temos que acolher, escutar isso, porque quando o fazemos, deixamos de ver a homossexualidade como uma doença. Eu trabalho na área da deficiência e eles têm um slogan “Não fale sobre nós sem nós”. Então, essa questão discursiva é importante. Altera as práticas sociais e vice-versa. As práticas sociais, a militância, também alteram a questão discursiva.

C. M.: Pergunto a vocês se as palavras, os significantes da época, como *diversidade, inclusão, diferença, igualdade, equidade*, estão presentes nessa mudança de linguagem?

M. C. S.: Sim. Acredito que a mudança no sentido discursivo vai operar com novas formas de significar as relações do mundo, as relações das pessoas, os lugares que essas pessoas ocupam e seu protagonismo. Portanto, linguagem é poder. Assim, na verdade, a maneira como eu me refiro ao outro ou como o outro quer ser referido, isso é uma troca. Então, se quisermos falar de inclusão e equidade em direitos humanos e outras concepções como irmandade e *dorodidade*³, teremos que redefinir para entender bem esses lugares. Aqui, no Brasil, tem uma autora muito interessante, Djamila Ribeiro (2017), que tem um livro sobre o lugar de fala. E às vezes dou um seminário com meus alunos de pedagogia, e a gente trabalha a questão do racismo. E há meninas brancas discutindo sobre racismo, e costumam dizer que não sabem se têm lugar de fala. E, de fato, todo mundo tem um lugar de fala. Temos que ter uma postura, por exemplo, antirracista. Não preciso ser negra para ser antirracista, mas tenho que reconhecer que, como mulher branca ou homem branco, me beneficie dessa desigualdade. É isso que Djamila traz. Esses conceitos operam nas mudanças dos comportamentos e das práticas sociais, políticas e culturais.

E.B.: Eu acho que, nessa transformação, também se trata do conceito de branquitude que Grada Kilomba (2019) fala, porque ao me reconhecer como sujeito, que para mim é uma imensa dificuldade me identificar como mulher branca, preta ou parda, justamente por tudo o que foi construído na minha história, então eu preciso me reconhecer como uma mulher branca, como um lugar de privilégio dentro de um espaço cultural e social para poder entender esse outro que difere de mim. A diferença na diversidade é a possibilidade de construir novas relações no mundo. De fato, tanto na clínica quanto na educação em relação ao educador, muda a nossa prática, muda a nossa relação com o sujeito à minha frente. Reconhecê-los como um sujeito único, singular, algo que a psicanálise sempre fez, e que na educação pensamos que essa transformação vem acontecendo desde Paulo Freire. Ele fala precisamente disso. Então, eu trago precisamente isso, *O mal-estar na civilização* (Freud, 1930[1929]/2010) e a *Pedagogia do oprimido* (Freire, 1968/2019) para esta conversa, que fala do “sujeito oprimido”, tema da minha dissertação.

C. M.: Claro. Recentemente, na Associação Psicanalítica Argentina (APA), em uma apresentação, esteve uma menina trans. Ela disse que não sabia se queria usar uma linguagem inclusiva ou não. Mas ela reconhece que o universo que se abriu para ela a partir da letra *a* – ser “uma”, ser “ela” –, havia mudado sua vida. “A luta pelo *a* das mulheres trans têm sido tremenda”. Acrescentou: “O pronome para uma mulher travesti é *a*, e para um homem trans o pronome é *o*. Reconhecer isso é o primeiro passo para entender o que é igualdade e equidade”.

J. G.: O que Emília diz sobre a pedagogia do oprimido é o que também se fala nos estudos de gênero sobre como as relações de poder se desempenham em todos os laços e como essa variável também deve ser capaz de incluir uma psicanálise com perspectiva de gênero. Que possa incluir a variável do poder, e como a política, em termos de relações de poder, sempre joga. Então, reconhecer os privilégios que se tem, também nos permite ver essas desigualdades.

E. B.: Eu penso na questão do vínculo social para esses jovens, na construção do vínculo social, deste lugar de transferência que muitas vezes é feita pelo aluno com esse professor que está no lugar do mestre, figura de alteridade, e poder ser reconhecido e aceito. Porque essa questão, de ser identificado como uma menina ou um menino, um homem ou uma mulher nessa questão binária, acho que isso passa pela questão individual de cada sujeito e de cada pessoa, como disse Cecília. Pessoas que vão se identificar, o que para elas é a questão de saber se elas podem dizer que são um homem ou uma mulher, mas também de se reconhecer como um homem ou uma mulher.

C. M.: Exatamente, porque o uso do pronome é um uso vocativo, como alguém é nomeado, e nós psicanalistas sabemos o quanto é importante ser nomeado. Ou seja, aquilo que nos dá um destino dependendo de como somos nomeados. Acredito que a mudança de paradigmas está produzindo no sujeito a possibilidade de que isso não seja um determinante que o condene para o resto de sua vida.

3. Substantivo feminino em português, criado por Vilma Piedade.

M. C. S.: Eu tive uma situação interessante com um aluno não-binário, fizemos uma apresentação e ele identificou. Ao final da aula, fiquei por um tempo conversando com ele/a e lhe disse: “Mas, espere, se eu precisar, como devo me dirigir a você: como *ele* ou *ela*?”. “O que você escolher”, respondeu. Então eu brinquei: “Mas não será muita responsabilidade que eu faça essa escolha?”. Ao que ele respondeu: “Porque, na verdade, não temos um pronome”. Então eu disse que ficava um pouco desconfortável com isso. Mas isso é interessante, porque vamos pensar que, dentro de uma luta identitária, há um grupo que não quer ser ele ou ela. Agora, o importante, acima de tudo, é que a gente escute o que essas pessoas têm a falar, se explicar, porque na medida em que essas pessoas explicam esse sentimento, acredito que ele também acaba sendo elaborado. Mas eu realmente não tenho uma conclusão. Acontece de vez em quando, não é? Eu sempre chamo para a apresentação inicial para ver se não há um nome que poderia ser o que chamamos hoje de nome social, certo? Porque às vezes a pessoa fez uma escolha, vem com um nome masculino e tem uma identidade feminina. Essa é uma pauta que exige muito cuidado, um olhar de muita atenção, de muito carinho, de muita sensibilidade, porque estamos lidando com uma pessoa que está em construção, que está em um processo, que tenta significar, fazer parte desse mundo. E se não respeitarmos isso, estaremos causando novas invisibilidades, novas desigualdades e novas opressões. Assim, pois, a atitude faz toda a diferença, para além da linguagem.

C. M.: Mylene, você disse algo interessante usando uma frase do acervo popular: “o ovo ou a galinha”, mas as mudanças estruturais da linguagem exigem um processo. Não sei se vocês acham que essa modificação da linguagem tem que ser imposta, no sentido de normativizarse. Porque nossa grande preocupação seria nos perguntarmos: já estaríamos em condições de normativizá-la?

M. C. S.: Quando se chegar a esse momento, a normativização seria um ato político, um ato de reconhecimento. A língua muda e está em constante transformação. Mas é difícil explicar ao meu pai de oitenta anos. Então, é um processo. A juventude fará essa mudança, mas é um processo que nós, de uma geração mais velha, temos dificuldade em abordar. Acho que é aqui que entra a questão do respeito mútuo, e os jovens também têm que entender que esse homem de oitenta, setenta anos, não percebe essa mudança tão abrupta.

C. M.: Claro, essa normativização nas escolas. Aqui na Argentina existem algumas escolas primárias onde os professores já falam uma linguagem inclusiva, mas não está regulado academicamente pelo Ministério da Educação do país.

M. C. S.: Estamos diante de grupos extremamente conservadores e religiosos que – por exemplo, o nosso Plano Nacional de Educação, a Base Curricular Comum⁴ –, quando diz *gênero*, são gêneros textuais. A palavra *gênero* nem sequer aparece nesses documentos oficiais. É uma luta enorme, no sentido de combater qualquer possibilidade do que

eles erroneamente ou ideologicamente chamam de ideologia de gênero. Então, nesse momento histórico que estamos vivendo, de uma polarização política muito grande, de uma ascensão de grupos que eu vou chamar de bolsonaristas (extrema direita), é impossível efetivar uma mudança. Mas isso é no campo das lutas, das resistências, das pautas identitárias, mais a pressão ou o patrulhamento ideológico, que tem sido muito forte no que diz respeito a questões relacionadas à sexualidade e às relações de gênero. Portanto, há muita, mas muita resistência.

E. B.: Mas, tomando um pouco do que Mylene disse, acho que os jovens e as próprias crianças têm uma recepção diferente de seus pais. Este debate se situa em grande parte ao nível da questão do adulto no centro. O adulto no centro de tudo. Mas o acolhimento de crianças e jovens à diferença com o outro é muito mais fluído do que em nós. Somos nós que temos que desconstruir, e a partir do momento em que desconstruímos algumas de nossas linhas e em nossa prática, sem a necessidade de nomeá-las, cada vez mais a partir da postura de cada um em sua prática, já há uma transformação. Meus netos olham para o mundo de uma maneira totalmente diferente de mim, faço um esforço imenso para desconstruir muitas coisas. Eles aceitam o outro, o outro como ele é. E essa transformação começa a ocorrer. Tem que acontecer na escola, na clínica e nos espaços sociais e familiares.

M. C. S.: Mas hoje sabemos que metade da população pensa contra. Então, é claro, estamos na bolha que é favorável, que é progressista. Mas, por exemplo, sabemos que houve um grande aumento das igrejas neopentecostais. Assim, o discurso religioso que vimos da Ministra dos Direitos Humanos (Damares) diz: “O menino veste azul, a menina veste rosa”. Eles acusam a “esquerda” de que estamos levando as crianças a um campo neutro. O que quero dizer é que esta é uma luta de caráter social entre conservadores e progressistas.

E. B.: Meu pensamento é que há outra metade, que é progressista, transformadora. E é nisso que temos que acreditar, nessa transformação, porque senão continuamos presos. Há um conservadorismo que é de 50%.

M. C. S.: Agora, mais do que nunca, o presidente que ganhou a eleição fala sobre não querer ser presidente de apenas um grupo. Ele quer unificar este país e espero que isso aconteça. Os educadores também trabalharão nessa perspectiva. Trata-se realmente de uma polarização. Há muita violência verbal, muita agressividade, e acho que vamos ter que desconstruir isso. Isso levará tempo. Mas também tenho esperança, como Emília. Mas é um processo.

E. B.: Para que pudéssemos chegar aonde estamos agora, houve avanços e recuos, recuos e avanços. Avançar, retroceder, e acredito nisso, nesse poder de transformação que passa pela linguagem inclusiva; também através da linguagem está a questão da linguagem verbal, além da linguagem corporal, do espaço corporal, dentro de um espaço cultural ou de um espaço físico, pensado aqui na geografia. A base está na infância. Faço parte de um grupo de estudos; lá falamos sobre as experiências das crianças, as vivências das crianças

4. Base Nacional Comum Curricular - <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>



View of the exhibition "Modus vivendi" at La Virreina Centre de la Imatge Barcelona (Spain), 2015. Photographer: Pep Herrero
© Sophie Calle / ADAGP, Paris 2023. Courtesy Perrotin

nos espaços, no território de uma praça, de um jogo, de uma periferia e da sua linguagem corporal, que atravessa todos os nossos sentidos e o vínculo social.

C. M.: Exatamente. Emília, eu acho que você está fazendo uma espécie de tensionamento entre os diferentes temas, que essa transformação vem do social, do geográfico, do corporal, o corpo carrega uma linguagem.

E. B.: Em sequência, vamos apresentar o vídeo “Elevação mental”, rap composto e escrito por Triz (27 de julho de 2017). Carrega em sua letra o ativismo da causa LGBTQ+ e propõe uma reflexão corajosa e sensível sobre a diversidade de gênero. O vídeo contou com uma grande produção e foi filmado em seis dias entre locações e estúdio, com uma equipe de quarenta pessoas, uso de drones, steady-cam e lentes prime de cinema. “Multiplicamos a imagem de Triz com uso de espelhos e projeções, criando assim um efeito que acredito revelar a infinitude de *eus* que carregamos dentro de nós”, disse o diretor Cesar Gananian (em Lopes, 28 de julho de 2017, par. 3).

C. M.: Vocês duas concordam que arte é linguagem? E que, além de uma expressão artística, tem um lugar de denúncia, é usar a estética da arte para poder fazer uma denúncia.

M. S.: Deve-se notar que os idiomas também representam nossos valores e crenças. Então, isso tudo é um processo muito grande. E, de fato, quando agimos, quando proibimos o outro, é porque estamos negando esse outro corpo, essa alteridade. Quando interditamos o outro, é porque estamos negando esse outro corpo, essa outridade, essa alteridade. É interessante a linguagem da periferia, das favelas; os jovens se comunica-

ram muito, denunciaram através do rap e do *slam* poético (de Paula, 19 de novembro de 2019), que se trata de uma guerra de poesia, uma batalha de poesias. É uma juventude que fala, que pensa, que tem muita crítica social e essa é uma questão muito poderosa para essa questão paradigmática que a gente está pensando; é uma mudança, mas é uma mudança processual.

E. B.: Quero fazer uma pequena leitura de um texto que escrevi com Mylene para encerrar nossa conversa: “Linguagem inclusiva: O mal-estar dentro dos preconceitos linguísticos”. Vou trazer o Manoel de Barros (2010), que vai trazer poesia para nós.

O menino que carregava água na peneira

*Tenho um livro sobre águas e meninos.
Gostei mais de um menino
que carregava água na peneira.*

*A mãe disse que carregar água na peneira
era o mesmo que roubar um vento e
sair correndo com ele para mostrar aos irmãos.*

*A mãe disse que era o mesmo
que catar espinhos na água.
O mesmo que criar peixes no bolso.*

*O menino era ligado em despropósitos.
Quis montar os alicerces
de uma casa sobre orvalhos.*

*A mãe reparou que o menino
gostava mais do vazio, do que do cheio.*

Falava que vazios são maiores e até infinitos.

*Com o tempo aquele menino
que era cismado e esquisito,
porque gostava de carregar água na peneira.*

*Com o tempo descobriu que
escrever seria o mesmo
que carregar água na peneira.*

*No escrever o menino viu
que era capaz de ser noviça,
monge ou mendigo ao mesmo tempo.*

O menino aprendeu a usar as palavras.
Viu que podia fazer peraltagens com as palavras.
E começou a fazer peraltagens.
Foi capaz de interromper o voo de um pássaro botando um ponto no final da frase.
Foi capaz de modificar a tarde botando uma chuva nela.
O menino fazia prodígios.
Até fez uma pedra dar flor.

A mãe reparava o menino com ternura.
A mãe falou: Meu filho você vai ser poeta!
Você vai carregar água na peneira a vida toda.
Você vai encher os vazios
com as suas peraltagens,
e algumas pessoas vão te amar por seus despropósitos!
(pp. 469-470)

E. B.: Concluindo, diria que só faço travessuras com palavras. Eu nem sei mais como pular cercas. Eu só faço travessuras com palavras. Eu nem sei como pular. Quem dirá obstáculos. A leitura se realiza através do silêncio e da solicitude (pedido) das palavras escritas, impulsionando o diálogo, que nos convoca às identificações. Para a psicanálise existe o conceito de identificação, e para questões sociopolíticas (militância), identitárias/emancipatórias, o conceito de identidade. Lugar de reconhecimento do sujeito que como leitor, leitora é atravessado pelo texto. Há que brincar com as palavras, (des)dizê-las, atravessá-las, fazer travessuras com elas para que não se convertam em obstáculo ou barreira intransponível, pelo “mal-estar” do falante ou pelo “mal-estar” do ouvinte (mal-estar dissidente ou mal-estar auditivo). A linguagem verbal faz uso da palavra que, uma vez esvaziata de sentido, promove a exclusão do outro. “O que essa leitura tem a ver comigo?!”, se indaga o leitor. Uma letra, um fonema, distanciaria esse leitor? O mal-estar muitas vezes é causado pelo preconceito linguístico que exclui, não contempla uma determinada cultura. Segundo Marco Bagno (1999), a linguagem só existe se há seres humanos que a falem. E Aristóteles nos ensina que o ser humano é um animal político. Chegamos à conclusão de que lidar com a linguagem é tratar de uma questão política, que é também lidar com seres humanos.

Essa semana, pensei muito sobre algo que escutei e não sei bem de quem é esse conceito: que seria preciso uma “alfabetização política no presente”, o “processo de consciência política”. Que essa entrevista nos convoque a desenvolver novas reflexões e a compreender um “conceito em expansão” do que seja “o mal-estar diante do preconceito linguístico” na atualidade.

Referências

- Asociación Psicoanalítica Argentina [APA] (21 de junho de 2022). Secretaría Científica Subcomisión: “Psicoanalistas en el territorio” [video]. *YouTube*. https://www.youtube.com/watch?v=b6PgRaTf_ZE
- Bagno, M. (1999). *Preconceito linguístico: O que é, como se faz*. Loyola.
- Barros, M. de. (2010). *Poesia completa*. Leya.
- Fairclough, N. (2008). *Discurso e mudança social Brasília*. Universidade de Brasília.
- Freire, P. (2019). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1968).
- Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização. Em P. C. de Souza (trad.), *Obras Completas* (vol. 18). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930 [1929]).
- Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2014). *Manual para uso não sexista da linguagem: O que bem se diz bem se entende*. <http://portalsemear.org.br/publicacoes/manual=-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem/#:~:text=Este%20Manual%2C%20desenvolvido%20pelo%20governo,outtras%20institui%C3%A7%C3%B5es%20p%C3%ABlicas%20e%20privadas>.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Cobogó. (Trabalho original publicado em 2008).
- Lopes, J. D. (28 de julho de 2017). Triz, MC transgênero, lança “Elevação mental”, seu primeiro videoclipe. *Boca da Forte*. <https://www.bocadaforte.com.br/destaque-bf/triz-mc-transgenero-lanca-elevacao-mental-seu-primeiro-videoclipe>
- Paula, J. de (19 de novembro de 2019). Slam: Literatura e resistência! *Revista Educação Pública*, 19(30). <https://educacao publica.cecierj.edu.br/artigos/19/30/slam-literatura-e-resistencia>
- Pontes-Saraiva, A. C. A. e Borges do Nascimento, A. M. (2022). Interseccionando Freire: Bell Hooks, linguagem inclusiva e diálogo. *Insurgência*, 8(1), 115–132. <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/40675>
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Letramento.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* (S. R. Goulart Almeida, M. Pereira Feitosa e A. Pereira Feitosa, trad.). UFMG.
- Walsh, C. (2009). Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: Apuestas (des)de el in-surgir, re-existir e re-vivir. *Revista (entre palabras)*, 3, 1-29.